

A GLOBALIZAÇÃO EM TERTÚLIA

A 20 de novembro de 2001, um grupo de especialistas reuniu nas instalações da Fundação Gulbenkian, em Lisboa, para uma troca de impressões, em jeito de tertúlia, a respeito dos desafios colocados pela globalização económica e das propostas contidas no Documento de Génova como resposta a esses desafios.

Talvez a designação “tertúlia” possa evocar uma conversa de intelectuais um pouco “aérea” e distante da realidade concreta, ou um diálogo superficial e inconsequente. Mas não foi certamente essa a ideia que permaneceu entre os assistentes, várias pessoas de diferentes idades e ocupações sócio - profissionais, que se sentiram estimuladas a dar um sentido novo às suas atividades de empenho social quotidianas depois de ouvir o qualificado grupo de especialistas participantes: Manuela Silva, Professora de Economia do ISEG, Hernâni Lopes, ex -Ministro das Finanças e Professor de Economia da Universidade Católica, Américo Mendes (diretor da Faculdade de Economia da Universidade Católica do Porto), Eanes Ferreira (professor de Economia do Desenvolvimento do I.S.E.G.- Lisboa), Rogério Roque Amaro (professor de Economia e Políticas do Desenvolvimento do I.S.C.T.E. -Lisboa) e Nicolau Santos (jornalista, vice-diretor do *Expresso* e comentador de economia da *SIC - Notícias*).

O objetivo desta “tertúlia” foi a análise do Documento de Génova. Fruto de um encontro internacional de O.N.G.s, este documento parte da premissa de que «a pessoa, apesar dos seus impulsos egoístas, encontra a sua realização em relações solidárias, de abertura desinteressada para com os outros, capazes de suscitar reciprocidade», premissa que gera a “cultura económica da partilha” que está na base de experiências como a da Economia de Comunhão na Liberdade. O documento pretende contribuir para que a globalização se torne “solidária, em direção a um mundo unido”.

Propõe, para isso, a redução da dívida externa dos países em vias de desenvolvimento, a eliminação das barreiras aduaneiras aos produtos desses países, a tributação dos movimentos de capital em favor dos mais necessitados e, como proposta original, a criação de um “Fundo Jovens do Mundo”, destinado à satisfação de necessidades básicas das jovens gerações, ao financiamento de projetos educativos e sanitários em países em vias de desenvolvimento, e ao investimento em instrumentos financeiros numa ótica de lucro a longo prazo. Para a aquisição de ações desse fundo, as empresas destinariam uma pequena fração dos seus movimentos de capitais no mercado internacional. Os consumidores e aforradores poderiam privilegiar estas empresas reconhecendo a sua visão social de longo prazo.

Estas propostas concretas recolheram algum consenso entre os participantes. Houve, porém, quem (Eanes Ferreira) considerasse o documento «desequilibrado, incompleto e *naïf*». E quem (Nicolau Santos) alertasse para o risco de empresas com objetivos socialmente condenáveis se servirem da sua participação no fundo para estratégias publicitárias (risco que, porém, já foi tido em conta na revisão da redação do documento, onde se exige agora explicitamente que as empresas aderentes satisfaçam padrões ético-sociais internacionalmente consagrados).

Mas, mais do que as propostas concretas avançadas pelo documento de Génova, foram os princípios de que parte, a nova “cultura económica” por ele proposta que recolheram a adesão dos presentes e serviram de base a um diálogo rico e multifacetado.

Pretender contrariar a globalização seria como «tentar parar o vento com as mãos» porque a «globalização veio para ficar e pode ser importante para o mundo em muitos aspetos» (Nicolau Santos). Salientou-se, porém, a urgência, acentuada depois dos acontecimentos de 11 de setembro, de, face aos desafios colocados pela globalização, construir um novo “contrato social”, à semelhança daquele que proporcionou à Europa do pós – guerra crescimento económico e bem-estar social, agora com um suporte supranacional, para que os custos e benefícios da globalização sejam equitativamente repartidos (Manuela Silva). Não sendo a pobreza um fenómeno moderno, as sucessivas vagas de globalização vêm criar um problema de repartição do rendimento gerado por notáveis aumentos de produção, problema que o liberalismo não sabe resolver (Hernâni Lopes).

Para Rogério Roque Amaro, a globalização que até agora conhecemos é acompanhada por quatro erros fatais: o economicismo (a noção de rendimento associada apenas às atividades validadas pelo mercado, com os problemas de sobrevivência dos ditos “inativos”), a perda da noção de complexidade (com a segmentarização das políticas, designadamente a política económica e a política social), a uniformização em nome do racionalismo (o descuidar dos afetos e da intuição e a perda da diversidade do ponto de vista económico, cultural e biológico - ambiental) e a desresponsabilização das pessoas em matéria de cidadania (para o capitalismo não é preciso ser solidário porque o mercado assegura por si o bem-estar, para o comunismo essa é tarefa apenas do Estado). Experiências como a da Economia de Comunhão e várias iniciativas locais de desenvolvimento (as escolas populares de Bissau, os comités de democracia do Brasil, o *baby - sitting* social no bairro lisboeta de Carnide, etc.) pretendem superar estes erros e conjugar eficiência económica e eficácia social.

Comum o acentuar da importância do papel da sociedade civil neste contexto. Para alterar o estado de coisas presente, há que apostar, sobretudo, na criação de “redes” de participação ativa da sociedade, a nível global e local, que, como

sucede com a Amnistia internacional, podem influenciar os governos e a comunidade internacional (Eanes Ferreira). Há que despertar a sociedade civil portuguesa, que é generosa pontualmente face a cataclismos ou a tragédias como a de Timor, mas que não sabe encarar questões de ordem estrutural, onde só agora surgem, por exemplo, as “lojas de preço justo”, já existentes na Europa há vários anos (Manuela Silva). As respostas solidárias são consequência da alteração de comportamentos morais que decorrem do empenho par com o nosso próximo («Amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo»; «Quem é o meu próximo?»), donde decorre a dádiva financeira e, sobretudo, o trabalho gratuito e desinteressado numa relação pessoal e direta (Américo Mendes).

Veio em relevo o caráter inovador da visão empresarial do projeto da Economia de Comunhão, cujos princípios também estão subjacentes ao Documento de Génova. Será esse o seu contributo mais significativo, o seu principal “valor acrescentado”, pois, de acordo com essa visão, são introduzidas na própria empresa, como sua responsabilidade, a dimensão da “sustentabilidade” da atividade económica e a função de “amortecedor social” dos efeitos dessa atividade (Hernâni Lopes). Nessa linha, há que encarar a reforma da empresa, que continua a ser vista como uma organização de capitais – visão que conduz a fenómenos como o de despedimentos maciços em empresas lucrativas – e não como uma entidade de inserção social, que deveria *internalizar* o custo social da sua atividade, à imagem do que sucede com os custos ambientais de acordo com o princípio *poluidor - pagador* (Manuela Silva).

Quem adira a esta visão inovadora poderá aguentar a concorrência, ou as dificuldades da crise que se aproxima? «Só vendo» - afirmou Hernâni Lopes. Tais empresas poderão até estar mais habilitadas do que as outras para enfrentar as dificuldades – salientou Américo Mendes, referindo-se ao facto de os seus trabalhadores estarem mais motivados e ao facto de as suas decisões serem fruto de esforços conjugados («várias cabeças pensam melhor do que uma só»).

Há que “ver para crer”. Há que descobrir o eventual “truque” escondido nessas empresas. Por isso, a proposta de dar sequência a esta tertúlia através da realização de um colóquio de aprofundamento do projeto da Economia de Comunhão e de outras questões suscitadas pelo Documento de Génova foi aceite por todos com entusiasmo.